



Número: **0800481-23.2019.8.15.0081**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Bananeiras**

Última distribuição : **26/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 998,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ADRIANO MACENA MIRANDA (AUTOR)		POLLYANNO HENRIQUE PEREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
23031123	26/07/2019 15:18	Petição Inicial	Petição Inicial
23031126	26/07/2019 15:18	adriano macena proc e docs	Procuração
23031128	26/07/2019 15:18	adriano prontuario médico	Documento de Comprovação
23038997	27/07/2019 14:29	Despacho	Despacho
23049383	29/07/2019 10:23	Mandado	Mandado
23938927	29/08/2019 09:43	Certidão	Certidão
24002812	30/08/2019 14:37	Despacho	Despacho
24087808	03/09/2019 14:57	Mandado	Mandado
24535941	18/09/2019 14:17	Certidão Oficial de Justiça	Certidão Oficial de Justiça
24536305	18/09/2019 14:17	24087808	Devolução de Mandado
24989186	03/10/2019 10:53	Certidão	Certidão
25099307	07/10/2019 23:25	Sentença	Sentença

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BANANEIRAS-PB.

ADRIANO MACENA MIRANDA, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de identidade nº 3.102.598-SSP/PB e CPF nº 063.003.384-60, residente e domiciliado no Sítio Mata Fresca s/nº - Bananeiras/PB, por seus Advogados constituídos nos termos do incluso instrumento de mandato e ao final assinados, com escritório profissional na Rua Benjamim Gomes Maranhão, nº 56, Centro, Cacimba de Dentro – PB, CEP: 58.230-000, vem respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA c/c REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 09.248.608/0001-04, Av. Senador Dantas, 74 - 5º andar - Centro – RIO DE JANEIRO RJ - CEP 20031-205.

I – DA CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA

O Promovente desde já requer os benefícios da justiça gratuita, por não ter condições de suportar as despesas do presente processo, sem comprometer o seu sustento próprio e de sua família, com fundamento no que preceitua o art. 4º da Lei nº 1.060/50 e a Súmula 29 do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

II – SINOPSE FÁTICA



1. O promovente, no dia 28/03/2015, sofreu acidente de trânsito, conforme inclusos Boletim de Ocorrência Policial e/ou Declaração do SAMU e Boletim de Atendimento Médico, sofrendo seqüela na **mandíbula bilateralmente**, conforme Laudo Médico incluso.

III – DAS PRELIMINARES

2. É praxe das seguradoras, em contestação, arguir preliminares sobre as quais aqui se antecipa a devida manifestação:

Ilegitimidade passiva: Todas as seguradoras, inclusive a Demandada, formam um consórcio (NÃO EXTINTO), instituído pelo Art. 7º da Lei 6.194/74, ao qual se vinculam e em que se obrigam, todas, a efetuarem o pagamento do DPVAT. Tal entendimento se confirma com Decisões do TJRN nas Apelações Cíveis nº 2010.001747-7 e 2010.001758-7 que tem a Demandada como Apelada: "Inocorrência, Consórcio de seguradoras, parte legítima. Nulidade da sentença. Retorno dos autos à primeira instância. Recurso conhecido e provido. "e"... reformando a sentença atacada, para afastar a ilegitimidade passiva da seguradora líder dos consórcios do seguro DPVAT S.A."

Carência da ação— falta de interesse de agir: A parte autora não está obrigada a, primeiro, buscar Prévio Procedimento Administrativo uma vez que o texto constitucional em seu art. 5º, XXXV não impõe nenhum condicionamento, muito menos esse, para que seja excluída, da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito seu. No mesmo sentido, em ementa na Apelação 2009.006430-0 (Apelada: a mesma demandada), assim decidiu o TJRN: "O fato do demandante não ter formulado pleito administrativo prévio para recebimento de indenização securitária, não obstaculiza o ingresso no juízo...". Conquanto a presente exposição, ainda há magistrados que intimam a Parte Autora para provar **pretensão resistida**, o que, neste item, data vênua, bem esclarecido se apresenta (CF e Ementas) a desnecessidade de tal prova, vez que foi demonstrado, acima, que não é exigido a busca do prévio processo administrativo para, depois, buscar a Prestação jurisdicional do Estado. Ainda: nesta ação, conforme o capítulo IV abaixo, a ré foi buscada e não atendeu in totum o direito preconizado. Ademais, houve procedimento administrativo, conforme abaixo explicitado, nos itens "3" e "4".

Documentos indispensáveis: toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 foi carreada na exordial, aos autos, com exceção do laudo do Médico, sendo que, com o deferimento do pedido na inicial para encaminhamento à perícia médica, suprir-se-á tal lacuna.

Megadata: tal suposto documento nenhum valor jurídico tem, pois não passa de mero espelho de computador, sem prova alguma de efetivação de pagamento de DPVAT. Se o valor do mesmo for o de R\$ **1.350,00** a parte Autora não se oporá.

Prescrição: O prazo prescricional começa sua contagem a partir do resultado positivo do Exame Pericial. Assim corrobora a Súmula 278 do STJ: "o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral". No presente caso o prazo foi interrompido em 23 de agosto de 2017, data em que a Demandada efetuou o pagamento a menor, conforme itens ¾ abaixo.

Assim, requer que sejam, as preliminares suscitadas na contestação, consideradas impugnadas na forma acima exposta, sem a necessidade de nova manifestação, com exceção de outras aqui não elencadas, com a rejeição de todas.



IV - DO PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

3. É comum a Demandada alegar falta de interesse de agir. Entretanto, a parte autora buscou na via administrativa, a satisfação do seu direito nos termos da legislação que regula o Seguro DPVAT, mas teve o seu direito preterido em face de pagamento a menor do que a legislação determina, pois o valor a ela pago foi o de R\$ **1.350,00** na data de 23/08/2017, ficando a diferença que ora pleiteia no valor de R\$ **12.150,00**, já que o valor determinado por Lei 6.194/74 (com as alterações introduzidas pela Lei 11.482/07) é de até R\$ 13.500,00 para invalidez permanente, que é o caso da Parte Demandante.

4. Há que se ressaltar que, na época própria, toda a documentação exigida pela Lei foi apresentada à Seguradora que fez o referido pagamento, pois se assim não fosse, obviamente a mesma não teria efetuado o pagamento nem mesmo do citado valor. Logo, não cabe à Demandada, a esta altura, achar de exigir apresentação de quaisquer outros documentos para provar o sinistro, nexos causal e o direito da Parte Autora, já que tais provas foram cristalina e consubstanciadas com tal documentação já em posse do Consórcio a que a Demandada está vinculada.

V - DO DANO MATERIAL

5. Determina o Código Civil nos artigos 876 e 884, *ipsis litteris*:

“Art. 876. Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a resistir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição”.

“Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer a custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários”.

VI – DO DIREITO

6. A Lei nº. 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou sua carga, a pessoas transportadas ou não, dispõe em seu art. 5º, § 1º, “a” e art. 7º que:

“Art. 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.

§ 1º- A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:



a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

Art. 7º- A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”

7. Tem sido comum a alguns órgãos regionais do IML se negar a proceder o exigido exame médico, mesmo quando a vítima é encaminhada pelo Juiz, o que pode ser passivo de intervenção do Estado por descumprimento de Lei Federal, a de nº 11.945/2009, que, em seu art. 31 altera o § 5º da Lei 6.194/74 o qual passa a textualizar:

“§ 5º O Instituto Médico Legal da Jurisdição do acidentado ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo a vítima com a verificação da existência e qualificação das lesões totais ou parciais.”

8. Outrossim, os danos pessoais cobertos pelo Seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, que serão pagas diretamente ao beneficiário, observados os valores previstos nas normas vigentes, por pessoa vitimada.

VII – DO PEDIDO

8. ISSO POSTO, requer a Vossa Excelência:

O deferimento da assistência judiciária gratuita, nos termos acima requeridos;

*A Citação da Demandada através de **AR (correios- Art. 221, I do CPC)** no endereço retro declinado, para, no prazo legal determinado, sob pena revelia e confissão, apresentar proposta de **acordo e/ou contestação**;*

*A condenação da Promovida ao pagamento da diferença da indenização no valor de **R\$ 12.150,00 (doze mil cento e cinquenta reais)**, referente ao seguro DPVAT, face a debilidade sofrida pela parte autora;*

Seja, a demandada, condenada no pagamento de honorários advocatícios à base de 10% sobre o valor sentenciado, mais custas processuais e demais emolumentos.



*Atribui-se à causa, o valor **R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais).***

Nestes termos,

Pede DEFERIMENTO.

Cacimba de Dentro-PB, 15 de julho de 2019.

JOÃO FERREIRA FURTADO NETO

OAB/PB 6.489

POLLYANNO HENRIQUE PEREIRA

OAB/PB 16.689

QUESITOS

Sequela de/no(a): região damandíbula **bilateralmente?**

Das lesões sofridas houve sequelas permanentes? ()

Qual o grau de debilidade? _____



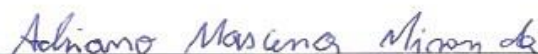
PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: ADRIANO MACENA MIRANDA, brasileiro, solteiro, agricultor, RG: 3102598 e CPF: 063.003.384-60, residente e domiciliado no Sítio Mata Fresca, s/n, zona rural, s/nº, Bananciras/PB.

OUTORGADO: JOÃO FERREIRA FURTADO NETO, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 6.489, POLLYANNO HENRIQUE PEREIRA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 16.689, com escritório na Rua Benjamim Gomes Maranhão, n. 56, Centro, Cacimba de Dentro/PB.

PODERES: pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

Cacimba de Dentro, em 10 de julho de 2019.



ADRIANO MACENA MIRANDA

Outorgante



DECLARAÇÃO

*Eu, **ADRIANO MACENA MIRANDA**, brasileiro, solteiro, agricultor, RG: 3102598 e CPF. 063.003.384-60, residente e domiciliado no Sítio Mata Fresca, s/n, zona rural, s/nº, Bananeiras/PB, Declaro, através deste signatário (art. 105 do NCPC) que, em razão de minha condição financeira, não tenho condições de suportar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e da Lei nº 1.060/50.*

Cacimba de Dentro/PB, 10 de julho de 2019.

Adriano Macena Miranda
ADRIANO MACENA MIRANDA
Declarante





MANOEL MIRANDA DOS SANTOS
SIT MATA FRESCA, S/N - AREA RURAL
BANANEIRAS / PB CEP: 58220000 (AG - 44)



Classe/Subclasse RESIDENCIAL / BARRA RENDA MONOFÁSICO
Roteiro 14 - 48 - 370 - 2070
Nº medidor 00000588185

Referência Set / 2016
Emissão: 26/09/2016

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
R/230, Km 25 - Casa Redimitor - João Pessoa/PB - CEP 58071-690
CNPJ 08.086.183/0001-40 Insc Est 16.015.823-0

Nota Fiscal / Carta de Energia Elétrica Nº 001 023 332
Código para Débito Automático: 00006670864

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Aceso: www.energisa.com.br

Conta referente a UC (Unidade Consumidora): 5/667665-4

Set / 2016

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Apresentação

26/09/2016

Data prevista da próxima leitura

25/10/2016

CPF/ CNPJ/ RANI

76981319434
Insc Est

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
24/08/16	6011	26/09/16	6002	1
				81
				33

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 21/09/2016 PAGAS
CORREÇÃO

Demonstrativo			
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30 kWh-BR	30	0,15008	4,50
Consumo - 31 a 100 kWh-BR	31	0,25728	13,12
Subsídio			17,87
ICMS			12,45
PIS			0,33
COFINS			1,53
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
CONTRIBUIÇÃO ILUM PÚBLICA			0,00
JUROS DE MORA 08/2016			0,04
MULTA 09/2016			0,56
Devolução Subsídio			-17,87

Histórico de Consumo (kWh)

Ago/16	77
Jul/16	93
Jun/16	84
Mai/16	80
Abr/16	102
Mar/16	86
Fev/16	99
Jan/16	98
Dez/15	104
Nov/15	95
Out/15	101
Sep/15	80

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	49,80	25,00	12,45
PIS	49,80	0,6696	0,33
COFINS	49,80	3,0741	1,53

Média dos últimos meses
83 kWh

VENCIMENTO
03/10/2016

TOTAL A PAGAR
R\$ 38,53

RESERVADO AO FISCO

2ea5.782c.b454.08d0.7397.98aa.2eb7.94bf.

Indicadores de Qualidade 7/2016 - Dados

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	13,98	0,00	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	27,97		
DIC ANUAL	55,94		
FIC MENSAL	8,04	0,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 202 LIMITE SUPERIOR 231
FIC TRIMESTRAL	16,09		
FIC ANUAL	32,18		
DMC	7,80	0,00	
DICI	18,80		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia/PB	6,52	16,92
Compra de Energia	8,53	22,14
Serviço de Transmissão	0,51	1,32
Encargos Setoriais	2,08	5,35
Impostos Diretos e Encargos	20,91	54,27
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	38,53	100,00

Valor do IUSD (Par 7/2016) R\$ 10,48

ATENÇÃO

- Sua unidade foi faturada como Baixa Tensão, tendo um desconto de R\$ 17,97.
Requisite Tarifa-Vigência 26/09/16-Resol. ANEEL nº 2.126-Baixa Tensão 5,17% Médio
Requisite Tarifa-Vigência 26/09/16-Resol. ANEEL nº 2.126-Alta Tensão 5,04% Médio





GOVERNO DO ESTADO DA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA
DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO

R. Raimundo Nonato de Araujo, SN - Catolé - Campina Grande - 58100-000 - 83-310-9300



OCORRÊNCIA Nº 000038/17

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 000038/17 registrada em 02/03/2017, que passo a transcrever na íntegra: Aos dois dias do mês de março do ano de 2017, nesta cidade de Campina Grande, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO, quando encontrava-se presente a Bela. JOSEFA ALVES DE ASSIS, Delegada de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, aí, por volta das 08:46 horas, compareceu o Sr. ADRIANO MACENA MIRANDA, com 32 anos de idade, filho de MANOEL MIRANDA DOS SANTOS e JOSEFA MACENA MIRANDA, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de BANANEIRAS - PB, Solteiro, escolaridade Médio Completo, profissão, portador da Cédula de Identidade Nº 3.102.598, expedido pela SSP-PB, com C.P.F. de Nº 06300338460, residindo à rua SÍTIO MATA FRESCA, S/N, bairro ÁREA RURAL, na cidade de BANANEIRAS - PB.

Declarou que:

Informa o declarante, que por volta das 18h00min do dia 28.03.2015, estava trafegando por uma estrada vicinal localizada no Sítio Santa Vitória, área rural de Bananeiras/PB, conduzindo a motocicleta HONDA/CG 150 FAN ESI, ano/modelo 2012/2012, cor vermelha, chassi nº 9c2kc1670cr494655, de placa NPU-0692/PB, licenciada em nome de Gilson Soares da Silva, quando em um momento de distração perdeu o controle de direção e caiu ao solo, sofrendo ferimentos graves, sendo socorrido pelo SAMU e encaminhado inicialmente para o hospital municipal de Bananeiras/PB, onde recebeu os primeiros atendimentos, de onde foi encaminhado no dia seguinte para o hospital Regional de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB, onde finalmente foi submetido a cirurgias, conforme documentos apresentados nesta Delegacia. Informa ainda que os Policiais Militares do BPTran não estiveram no local e portanto não foi confeccionado o Boletim de Acidente de Trânsito. Acrescenta ainda que no momento do acidente o tempo encontrava-se bom e com via seca, porém não existe iluminação no local, não encontrando-se o declarante sob a influência de bebida alcoólica. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou fé.

Campina Grande, Quinta-feira, 2 de Março de 2017

Adriano Macena Miranda

ADRIANO MACENA MIRANDA

Declarante

José Alberto do Nascimento
Escrivão de Polícia

JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO

Escrivão



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETTRAN - PB Nº 012506128443
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 RENAVAM 0045514464-8 EXERCÍCIO 2016

PLACA ANT / UF 00/00000000 2016

NOME GELSON SOARES DA SILVA

CPF / CNPJ 11398966444

PLACA NPU0692/PB

CHASSI NOVO PB 9C2KC1670CR494655

ESPÉCIE TIPO PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC

COMBUSTÍVEL ALCO/GASOL

MARCA / MODELO HONDA/CG 150 FAN ESI

ANO FAB. 2012 ANO MOD. 2012

CAP. POT. CIL 2 P/149 /CI

CATEGORIA PARTIC

COR PREDOMINANTE VERMELHA

COTA ÚNICA 00/00/0000

VENC. COTA ÚNICA 1º

VENC. / COTAS 2º

FAIXA I PVA 3

PARCELAMENTO / COTAS 0

3º

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) *****

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

***** SEGURO

P A G O

29/02/2016

SEM RESERVA DE DOMÍNIO

NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA

SOLANEA-PB

LOCAL

01/03/2016

36994

15539

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

PB Nº 012506128443 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2016 DATA EMISSÃO 01/03/2016

VIA 1 CPF / CNPJ 11398966444

PLACA NPU0692/PB

RENAVAM 00455144648

MARCA / MODELO HONDA/CG 150 FAN ESI

ANO FAB. 2012

CAT. TURF. 9

Nº CHASSI 9C2KC1670CR494655

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) *****

DEMATIAN (R\$) *****

CUSTO DO SEGURO (R\$) *****

CUSTO DO BILHETE (R\$) *****

IOF (R\$) SEGURO

TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$) P A G O

PAGAMENTO 29/02/2016

PARCELADO

COTA ÚNICA

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

ONPJ 09.248.606/0001-04

www.seguradoralider.com.br

15539-0917440-20160301



SINISTRO 3170216034 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** ADRIANO MACENA MIRANDA**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO ADRIANO MACENA MIRANDA**CPF/CNPJ:** 06300338460**Posição em 15-05-2019 08:30:57**

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indicou no formulário de autorização de pagamento. O prazo para o banco confirmar o pagamento é de até 5 dias úteis. Caso não identifique o valor em sua conta após esse período, volte a consultar o processo aqui no site.

Data do Pagamento Valor da Indenização Juros e Correção Valor Total

23/08/2017 R\$ 1.350,00 R\$ 0,00 R\$ 1.350,00



BANANEIRAS
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS
HOSPITAL MUNICIPAL Dr. CLÓVIS BEZERRA CAVALCANTE

Declaração

Declaro para os devidos fins que de acordo com os registros arquivados neste serviço de saúde, consta o atendimento médico, realizado no dia 29/03/2015 do senhor (a) Adriano Macena Miranda, agricultor (a) residente Sti Mata Furca neste município, portado dos documentos: CPF 06300338460 RG 3102598 .. cartão SUS 709 8060 30347692

Bananeiras - Pb, 19 de maio de 2015

Alexsandro Arimateia Rosa
Hosp. Mun. Dr. Clóvis Bezerra
DIRETOR ADMINISTRATIVO

Assinatura do Responsável

19/05/15



Ficha de Acolhimento

Nome:	Adeiano Macera Henrique		
End:	Rua J. P. Silva	Bairro:	Bom Jardim
Data de Nascimento:	11.09.84	Documento de Identificação:	
Queixa:	pes mto	Data do Atend.:	29.03.15
		Hora:	10:10
		Documento:	

Classificação de Risco

Nível de consciência:	<input checked="" type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Baixo	Aspecto:	<input checked="" type="checkbox"/> Calmo	<input type="checkbox"/> Fácels de dor	<input type="checkbox"/> Gemente
Frequência respiratória:				Frequência cardíaca:			
Pressão arterial:				Temperatura axilar:			
Dosagem de HGT:				Mucosas:	<input type="checkbox"/> Normocorada	<input type="checkbox"/> Pálida	
Deambulação:	<input checked="" type="checkbox"/> Livre	<input type="checkbox"/> Cadeira de rodas	<input type="checkbox"/> Maca				

Estratificação

MOD. 110

- ☐ Vermelho - atendimento imediato
☒ Verde - atendimento até 4 horas

- ☐ Amarelo - atendimento até 1 hora
☐ Azul - atendimento ambulatorial

Angela

ENFERMEIRA
COREN 80649

Assinatura e carimbo do profissional





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

SERVIÇO SOCIAL

FICHA SOCIAL

Nome: Aburno M. Miranda Idade: 30
Como é conhecido(a) _____ Ala Novo Enf. 8 Leito 2
Data de admissão 23/03/2015 Procedência Bananais
Endereço: Sítio Mata Verde
Ponto de Referência _____
Com quem reside? Com a esposa e filhos
Resp. Rozinho Telefone: 7950-2537

DADOS SOCIAIS:

Está inserido em algum Programa Social? Não (☒) Sim () Qual? _____

É acompanhado por algum Serviço de Saúde? Não () Sim () Qual? PSF Local

Causa da admissão: Acidente de moto

Se adulto ou idoso:

Estado civil: Casado Tem filhos: Não () Sim (☒) Quantos? 02

Profissão: agregador Fuma? Não () Sim (☒) Faz uso de bebida alcoólica?

Não (☒) Sim () Eventualmente () É etilista ()

Se criança ou adolescente:

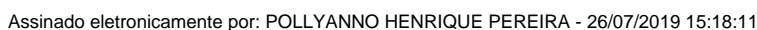
Estuda: Sim () Não () Que série está cursando? _____

Profissão dos pais ou responsável: _____

Observações O paciente encontra-se sem acompanhante, porém está orientado e consciente; Receber todos os benefícios sociais fornecidos pelo Serviço Social.



NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

[illegible]



GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande Dom Luiz Gonzaga Fernandes

RESUMO DE ALTA
(REFERÊNCIA OU CONTRA REFERÊNCIA)

NOME: *Adriano Alencar Albuquerque* DN.: PRONT. Nº: *1196485*
NATURALIDADE: *Bononow* PROCEDÊNCIA:
ADMISSÃO: *29/03/15* ALTA: *12/04/15*

1. Motivo da hospitalização (dados positivos da anamnese / exame físico)

*Doença crônica de diabetes e hipertensão
a partir de 10 anos de evolução*

2. Resultado dos principais exames

Exatidão de 10 anos de evolução

3. Evolução e complicações

N.D.R.

4. Terapêutica realizada

Quimioterapia

5. Diagnóstico (hipotético ou definitivo)

Doença crônica de diabetes e hipertensão (controle)

6. Orientações médicas para pacientes / egresso

- Descontrole de glicemia e colesterol
- acompanhamento nutricional
- controle da pressão
- monitorar a saúde e seguir com o tratamento

7. Condições de alta

☐ Curado

☐ A pedido

☐ Óbito

☒ Melhorado

☐ Inalterado

☐ Transferido para: _____

Campina Grande, *12* de *04* de *15*

[Assinatura]
Responsável pelo resumo



22

DIAGNÓSTICO DA ENFERMAGEM

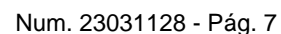
- CD/FR:
CD/FR:
CD/FR:
CD/FR:
CD/FR:
CD/FR:
CD/FR:
CD/FR:
CD/FR:
CD/FR:
CD/FR:
CD/FR:
CD/FR:
CD/FR:
CD/FR:
CD/FR:
CD/FR:
CD/FR:
CD/FR:
CD/FR:
- CD CARACTERÍSTICA DEFINIDORA
FR. FATOR RELACIONADO

PRESCRIÇÃO DA ENFERMAGEM

- MONITORIZAÇÃO DE SINAIS VITAIS
- REALIZAR CONTROLE DE GLICEMIA CAPILAR
- ORIENTAR O PACIENTE A REALIZAR RESPIRAÇÃO PROFUNDA.
- INSTALAR CATETER DE O2 A 2L/MIN OU CONFORME ORIENTAÇÃO MÉDICA
- AVALIAR SINAIS DE INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA (RUIDOS, ESTERTORES E BATIMENTOS DA ASA DO NARIZ).
- ASPIRAÇÃO DE VIAS AÉREAS.
- POSICIONAR O PACIENTE EM DECUBITO DE 45°
- MANter a cabeça do paciente lateralizada, quando recomendada

ASSINATURA

313h



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes

Nome do Paciente <i>Adriano Maciel March</i>		Nº Prontuário
Data da Operação <i>09/04/15</i>	Enf.	Leito
Operador <i>Carla Luz</i>	1.º Auxiliar <i>Marcelino</i>	
2.º Auxiliar	3.º Auxiliar	Instrumentador
Anestesia <i>Dr. Cabal</i>	Tipo de Anestesia <i>Local</i>	
Diagnóstico Pré-Operatório <i>FS de mandíbula (língua)</i>		
Tipo de Operação <i>Redução aguda de FS de mandíbula (língua)</i>		
Diagnóstico Pós-Operatório <i>O.K.</i>		
Relatório Imediato da Patologia		
Exame Radiológico no Ato		
Acidente Durante a Operação		

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspectos Visceras
<ol style="list-style-type: none"> ① Ponto em DD 14 sub mucosa gl. ② Ant. esp. + esp. de sang. ③ Acum. de sangue (D) ④ Aluna March March ⑤ Redução de FS de mandíbula (D) ⑥ Fixação de FS de 2 pontos 2.0 ⑦ Sutura de dreno 32 à dreno ⑧ Sutura ⑨ Puncção de BCAA



NÚMERO DO PROCESSO: 0800481-23.2019.8.15.0081 - **CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - **ASSUNTO(S):** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PARTES: ADRIANO MACENA MIRANDA X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Nome: ADRIANO MACENA MIRANDA

Endereço: sitio mata fresca, sn, zona rural, BANANEIRAS - PB - CEP: 58220-000

Advogado do(a) AUTOR: POLLYANNO HENRIQUE PEREIRA - PB16689

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: R SENADOR DANTAS, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

VALOR DA CAUSA: R\$ 998,00

DESPACHO.

O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Conforme entendimento sedimentado do STJ, *"a afirmação de pobreza, para fins de obtenção da gratuidade de justiça, goza de presunção relativa de veracidade. Por isso, por ocasião da análise do pedido, o magistrado deverá investigar a real condição econômico-financeira do requerente, devendo, em caso de indício de haver suficiência de recursos para fazer frente às despesas, determinar seja demonstrada a hipossuficiência"*.

No caso, há elementos suficientes para afastar a presunção, em especial, natureza e objeto discutidos.

Ademais, requer a gratuidade, sem sequer informar o valor das custas, as quais requer a dispensa de pagamento, em outras palavras, o próprio autor não sabe se tem ou não capacidade de pagamento delas.

Nos termos da Portaria Conjunta 02/2018 da Presidência e Corregedoria de Justiça da Paraíba, *"a parte deverá apresentar junto com a petição inicial a guia de custas, ainda que haja o requerimento de gratuidade processual, salvo nos casos de processos com isenção legal de custas"*. (art. 1º, §3º)

Por outro lado, o Juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Assim, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo.

Por sua vez, além do Código de Processo Civil, a Portaria Conjunta 02/2018 da Presidência e Corregedoria de Justiça da Paraíba, ao regulamentar a matéria, possibilitou ao magistrado



conceder a redução e/ou parcelamento das despesas processuais que a parte tiver que adiantar no curso do procedimento. O que significa dizer que, em regra, deverá a parte pagar com custas, ainda que reduzidas e/ou parceladas.

Portanto, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, INTIME-SE a parte requerente para, em 10 (dez) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício, documentos capazes de comprovar a hipossuficiência. **Em especial, juntar(em) a GUIA DE CUSTAS as quais requer(em) a gratuidade, ALÉM DE CORRIGIR O VALOR DA CAUSA PARA O PROVEITO ECONÔMICO BUSCADO.**

A parte poderá, ainda, no mesmo prazo, recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de indeferimento do pedido de gratuidade da justiça e multa de 10 vezes o valor das custas judiciais, devidos a partir do trânsito, nos termos previstos na LAJ, art. 4º, §1º, inscrita em dívida ativa, além da extinção do processo sem resolução de mérito.

Nos termos do CPC:

- A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência;
- Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade;
- A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas;
- A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.
- Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento;
- O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.

BANANEIRAS, Sábado, 27 de Julho de 2019, 14:28:43 h.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Jailson Shizue Suassuna

Magistrado





Vara Única de Bananeiras
Rua Virgínio de Melo, S/N, Centro, BANANEIRAS - PB - CEP: 58220-000
()

Nº do processo: 0800481-23.2019.8.15.0081
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)

De ordem do MM. Juiz de Direito da vara supra, que em cumprimento a este, intime o(a) advogado(a) do inteiro teor do ato judicial, (i d n ° 2 3 0 3 8 9 9 7) .
Prazo: 10 dias.

Advogado: **POLLYANNO HENRIQUE PEREIRA OAB: PB16689 Endereço: desconhecido**

BANANEIRAS, em 29 de julho de 2019.

De ordem, SOCORRO DE FATIMA COSTA DA SILVA
Mat.



Certifico que o prazo decorreu sem manifestação da parte autora.

Bananeiras - PB, 29 de agosto de 2019.



NÚMERO DO PROCESSO: 0800481-23.2019.8.15.0081 - **CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - **ASSUNTO(S):** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PARTES: ADRIANO MACENA MIRANDA X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Nome: ADRIANO MACENA MIRANDA

Endereço: sitio mata fresca, sn, zona rural, BANANEIRAS - PB - CEP: 58220-000

Advogado do(a) AUTOR: POLLYANNO HENRIQUE PEREIRA - PB16689

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: R SENADOR DANTAS, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

VALOR DA CAUSA: R\$ 998,00

DESPACHO.

O Juiz não resolverá o mérito quando por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Nessa hipótese, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias.

Assim sendo, intime-se, pessoalmente, a autora para se manifestar em 5 (cinco) dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito, tudo nos termos do art. 485, III, §1º do CPC.

BANANEIRAS, Sexta-feira, 30 de Agosto de 2019, 14:36:53 h.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Jailson Shizue Suassuna

Magistrado



Vara Única de Bananeiras
Rua Virgínio de Melo, S/N, Centro, BANANEIRAS - PB - CEP: 58220-000
BANANEIRAS
()

Nº do processo: 0800481-23.2019.8.15.0081
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

Autor: Nome: ADRIANO MACENA MIRANDA
Endereço: sitio mata fresca, sn, zona rural, BANANEIRAS - PB - CEP: 58220-000

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A
Endereço: R SENADOR DANTAS, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

MANDADO DE INTIMAÇÃO
(AUTOR)

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Bananeiras manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte AUTORA:

Nome: ADRIANO MACENA MIRANDA
Endereço: sitio mata fresca, sn, zona rural, BANANEIRAS - PB - CEP: 58220-000

pessoalmente, para se manifestar em 5 (cinco) dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito, tudo nos termos do art. 485, III, §1º do CPC.

BANANEIRAS, em 3 de setembro de 2019.

De ordem, ALISSON ALBUQUERQUE GONDIM CABRAL
Mat.476.632-6



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE BANANEIRAS

CEMAN – Central de mandados

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, dirigi-me ao endereço indicado, e aí estando, **INTIMEI o Autor Adriano Macena Miranda**, de todo teor do mandado, o/a qual ouviu a leitura, exarou sua nota de ciência e aceitou a contrafé que lhe ofereci. Dou fé. Bananeiras PB, 18 de setembro de 2019.

Edwighton Plácido Costa

Oficial de Justiça



Successfully created



Vara Única de Bananeiras
Rua Virgínio de Melo, S/N, Centro, BANANEIRAS - PB - CEP: 58220-000
BANANEIRAS
()

Nº do processo: 0800481-23.2019.8.15.0081
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

Autor: Nome: ADRIANO MACENA MIRANDA
Endereço: sitio mata fresca, sn, zona rural, BANANEIRAS - PB - CEP: 58220-000

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A
Endereço: R SENADOR DANTAS, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ -
CEP: 20031-205

MANDADO DE INTIMAÇÃO
(AUTOR)

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Bananeiras manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte AUTORA:

Nome: ADRIANO MACENA MIRANDA
Endereço: sitio mata fresca, sn, zona rural, BANANEIRAS - PB - CEP: 58220-000

pessoalmente, para se manifestar em 5 (cinco) dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito, tudo nos termos do art. 485, III, §1º do CPC.

** Adriano Macena Miranda*
BANANEIRAS, em 3 de setembro de 2019.

De ordem, ALISSON ALBUQUERQUE GONDIM CABRAL
Mat.476.632-6

(83) 98142 0706

10 24087808

04/09/2019 13:30



CERTIFICO que o prazo decorreu em 27/09/2019, sem manifestação da parte autora.

Bananeiras - PB, 03 de outubro de 2019.



NÚMERO DO PROCESSO: 0800481-23.2019.8.15.0081 - CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) -
ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PARTES: ADRIANO MACENA MIRANDA X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Nome: ADRIANO MACENA MIRANDA

Endereço: sitio mata fresca, sn, zona rural, BANANEIRAS - PB - CEP: 58220-000

Advogado do(a) AUTOR: POLLYANNO HENRIQUE PEREIRA - PB16689

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: R SENADOR DANTAS, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

VALOR DA CAUSA: R\$ 998,00

SENTENÇA.

Tramitava de PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7), quando o(a) promovente, ADRIANO MACENA MIRANDA, foi regularmente intimado(a), pessoalmente, para providenciar a diligência que este juízo, na condução que a lei lhe confere do processo, entendeu necessárias, deixando passar em branco o prazo concedido para manifestação.

Vieram-me conclusos os autos para os fins de direito.

É o Relatório. Decido.

Verifica-se que o(a) autor(a) não promoveu os atos e diligências que lhe competiu, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias.

O art. 485, III e §1º, do CPC dispõe sobre a presente hipótese e determina a extinção do processo sem apreciação meritória, se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em 05 (cinco) dias.

O que aconteceu nos autos foi exatamente o que consta na legislação.

Além de que verifico a ausência de pressuposto de desenvolvimento regular do processo, que a ausência já que, na ausência do cumprimento da diligência pela parte, a continuidade do processo acarreta a nulidade.

E ainda, considerando ainda que foi cumprido o dever geral de “determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de vícios processuais” e também que não foi considerado, pela parte, o princípio da primazia da decisão do mérito e da cooperação, como normas fundamentais do CPC, posto que, “todos os sujeitos do processo devem **cooperar** entre si para que se obtenha, em **tempo razoável**, decisão de mérito justa e efetiva” (art. 6º);

Ante o exposto, atento ao que mais dos autos constam e princípios de direito aplicáveis à espécie, com fulcro no artigo 485, inciso III e IV, e seu § 1º, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Sem custas, nem honorários.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com baixa.

Publique-se, Registre-se e Intimem-se, atentando a escrivania que somente precisa intimar o(a) ré(u) se tiver ocorrido citação (não sendo revel) e a intimação do(a) promovente e do(a) promovido(a) pode ser na pessoa de seus(uas) defensores(as)/advogados(as). Se advogados, eletronicamente.

BANANEIRAS, Segunda-feira, 07 de Outubro de 2019, 23:24:39 h.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Jailson Shizue Suassuna

Magistrado